



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral  
Secretaria-Executiva

- ATA -

**4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DAS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS – CIISC**

Em **19 de dezembro de 2024**, às 14:00 horas teve início a **4ª Reunião Extraordinária do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC**, ocorrida durante a 11ª ExpoCatadores, na modalidade exclusivamente presencial, com a participação de membros do Comitê, membros convidados e catadoras e catadores que estavam participando da ExpoCatadores, conforme lista de presença. A reunião foi aberta com uma saudação feita pelo Secretário-Executivo do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Flávio Schuch. Confirmado o quórum, foi iniciada a reunião, com a seguinte pauta: Prorrogação da Portaria do Grupo de Análise, Monitoramento e Avaliação do CIISC – GAMA; Nota Técnica do Ministério Público do Trabalho e; Planejamento 2025 do CIISC. O Secretário-Executivo do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC, Flávio Schuch, deu as boas-vindas e iniciou a reunião apresentando os 3 pontos de pauta. Passou então ao ponto de pauta **1. Prorrogação da Portaria do Grupo de Análise, Monitoramento e Avaliação do CIISC – GAMA** lembrando aos presentes que o GAMA, conforme disposto em Portaria, contava com prazo de vigência até 31/12/2024, razão pela qual deveria haver a sua prorrogação. Acrescentou que o Grupo tinha como objetivo monitorar a execução das ações anunciadas pelo Presidente da República, em julho/2024, e que, somados os recursos de vários órgãos parceiros, totalizavam R\$ 425 milhões. Informou que os anúncios sobre novas ações para atendimento às catadoras e aos catadores, que seriam realizados na ExpoCatadores na presença do Presidente Lula, deveriam compor o conjunto de iniciativas monitoradas pelo GAMA, tão logo fossem anunciadas. Todos concordaram. Na sequência, Flávio Schuch passou ao ponto de pauta seguinte: **2. Nota Técnica do Ministério Público do Trabalho**. Embora tenha sido mencionado apenas um órgão, trata-se de Nota Técnica Conjunta entre o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública da União, que contou com subsídios do Grupo de Trabalho instituído para propor projeto de fomento ao trabalho decente para catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito da Justiça do Trabalho. Realizou uma breve explanação sobre os pontos que compõem a Nota Técnica (NT), informando que contém fundamentação que menciona a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata das piores formas de trabalho infantil; a Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Decreto nº 10.936/2022, que a regulamenta; a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria-Geral**  
**Secretaria-Executiva**

Administrativos); a Lei nº 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e; a necessidade de os municípios elaborarem plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Prosseguiu acrescentando que a NT contém uma parte dedicada à saúde e segurança do trabalho, com a indicação de um conjunto de Normas Regulamentadoras (NR); um tópico sobre a responsabilidade dos custos para a implementação de normas de saúde e segurança do trabalho, onde se pontua que a responsabilidade pelos custos não pode ser das organizações de catadores. Na sequência, o Secretário-Executivo do CIISC passou a palavra para a representante do Ministério Público do Trabalho, Dra. Ileana Mousinho, Subprocuradora Geral do Trabalho, que relatou que houve determinação de que a justiça do trabalho e o Ministério Público do Trabalho deveriam estabelecer comunicação com a sociedade e que isso motivou a elaboração da Nota Técnica com contribuições do Grupo de Trabalho. Falou da importância de alcançarem a precificação dos serviços, o que não foi possível até a conclusão da NT, e destacou que estão em articulação com o SEBRAE e, em breve também farão com o Ministério da Gestão e Inovação, para avançar na precificação. Entende que este deve ser um objetivo estratégico do CIISC em 2025 e que os custos não são das catadoras e catadores, mas sim dos tomadores do serviço, o que compreende custos com fardamento, equipamento de proteção individual (EPIs) manutenção de maquinário etc., e destacou que isso deve ser observado para as cooperativas verdadeiras. Frisou que a contratação das cooperativas deve ocorrer com dispensa de licitação. Dra. Ileana fez apelo ao CIISC para que nos novos editais para atendimento às organizações de catadores esteja previsto que as máquinas a serem adquiridas sigam a Norma Orientadora nº 12, que apresenta referências técnicas para resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores e para a prevenção de acidentes. Finalizou com a sugestão de que fosse verificada a inclusão, nos editais, de linha de financiamento para adaptação do maquinário já existente nas cooperativas e que, porventura, não atendam à NR 12. Posteriormente, houve uma série de falas dos participantes. A Catadora Débora Baía, presidente da cooperativa Concave, de Belém/PA, falou sobre a importância da precificação, pois muitas vezes, nas negociações sobre os custos, os catadores pedem “uma ajuda” para o combustível. Solicitou ajuda do SEBRAE para entenderem as normas técnicas e serem capacitadas para organizar a documentação e planos de negócio das cooperativas, pois às vezes não conseguem acessar editais devido à inconsistência nos documentos. Acrescentou que esses são pontos para o CIISC acompanhar e que saúde e segurança do trabalho são muito importantes. Kleyton Moraes, presidente da Fundação Banco do Brasil, parabenizou a iniciativa de elaboração da Nota Técnica e perguntou à Dra. Ileana Mousinho se haveria a possibilidade de chamar os fabricantes para adequação das máquinas que não atendem à Norma Orientadora nº 12, que se refere à saúde e integridade física dos trabalhadores, algo como um recall. Dra. Ileana respondeu que chamarão empresas, que poderá ser feito um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para que a empresa realize os ajustes necessários. Otoniel Moraes, da



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria-Geral**  
**Secretaria-Executiva**

cooperativa de catadores Cocamar, no Pará, falou sobre a importância e a ansiedade para que a NR 12 passe a valer e que as empresas e municípios ajudem as cooperativas para que isso não fique apenas no papel. Dra. Ileana informou que se a cooperativa é autuada, se recebe um auto de infração, o município também é chamado para dar suporte às cooperativas por um período de tempo determinado, por exemplo, apoio no financiamento de um galpão, na oferta de EPIs, enfim, os municípios precisam subsidiar o funcionamento das cooperativas por um tempo. Informou que enviaria modelos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para o CIISC disponibilizar para os membros do Comitê como forma de apoiar esse processo de envolvimento dos municípios e reforçou que a assistência técnica é muito importante em todo o processo. João Paulo de Jesus, Secretário Executivo do Movimento Eu Sou Catador (MESOC), relatou que, na busca por estabelecerem os custos pelos serviços, sempre se baseiam em documentos já existentes como, por exemplo, das empresas contratadas pelos municípios para realizarem a coleta seletiva; que na análise destes documentos sempre identificam que os municípios pagam para as empresas itens que não pagam para as cooperativas de catadores. Afirmou que o Governo Federal e o CIISC devem olhar para isso e reforçar junto aos municípios a importância de valorizarem as cooperativas, pois eles realizam um esforço intenso para convencer as gestões municipais. Manifestou preocupação com a renúncia à receita da taxa de lixo, em como isso se dará nos territórios e os impactos sobre as cooperativas de catadores de resíduos sólidos. Fagner, catador, se posicionou no sentido de que a Nota Técnica Conjunta era importante, mas que gostaria de sugerir que o próprio Ministério Público do Trabalho (MPT) contratasse cooperativas de catadores para a coleta de resíduos em suas unidades, pagando pelos serviços realizados, pois o que se observa é que realmente chamam cooperativas para a coleta, mas sem o devido pagamento pelo serviço. Questionou sobre as estratégias que seriam adotadas pelo Ministério Público da União para que os Ministérios Públicos Estaduais apliquem efetivamente as medidas apontadas na NT e façam os municípios cumprirem a lei. Dra. Ileana Mousinho respondeu que é muito fácil fazerem os municípios pagarem porque os catadores prestam um serviço ambiental e isso é possível por meio de TAC ou judicialização. Afirmou que nos órgãos públicos e no caso dos grandes geradores, a questão da cobrança está sob responsabilidade do Tribunal de Contas da União (TCU). Encerradas as inscrições, o Secretário-Executivo do CIISC disse que, a partir das falas, teve a compreensão de que o CIISC deve pautar a questão da precificação e das Normas Orientadoras nº 12 e 38, que tratam sobre saúde e segurança no trabalho e se aplicam às catadoras e catadores de materiais recicláveis. Submeteu à aprovação dos presentes a seguinte deliberação: o CIISC acolhe a Nota Técnica Conjunta do MPT e DPU e se compromete a enviar para os entes da federação com a orientação de que sejam acatadas as recomendações ali contidas. Deliberação aprovada. Na sequência, Flávio Schuch passou ao ponto de pauta **3: Planejamento 2025 do CIISC**, compartilhando que já havia recebido duas propostas de compromissos para o ano seguinte, a realização de



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria-Geral**  
**Secretaria-Executiva**

reunião com o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e; a articulação entre o CIISC e o Ministério das Mulheres para a realização, em 2025, de encontro das mulheres catadoras, mas num lugar mais central, como Brasília ou São Paulo. Solicitou que propostas e contribuições ao planejamento do CIISC para 2025 fossem enviadas até o dia 31 de janeiro de 2025 e que contava com BNDES, CAIXA, Fundação Banco do Brasil etc. Uma catadora que não se identificou posicionou-se no sentido de que fossem convidadas outras catadoras para o encontro e não somente as de um único movimento. Pedro, presidente de cooperativa de catadores do Acre, falou que a comissão organizadora do Encontro de Catadores da Amazônia Legal (ECAL) quer que o CIISC apoie o Encontro da região amazônica para que tenham avanços mais significativos e propôs que o encontro das mulheres catadoras fosse realizado na região amazônica. Foi destacada ainda, a necessidade de dar atenção à questão previdenciária, por tratar-se de uma lacuna na luta dos catadores. O Secretário-Executivo do CIISC informou que o Comitê conta com um Grupo de Trabalho (GT) que tem esta pauta em seu escopo e que esse é um governo de coalizão. Acrescentou que foi aprovado no Senado projeto de lei que proíbe a importação de resíduos sólidos, porém ressaltou que haverá muito lobby para o Presidente da República vetar pontos que afetem interesses econômicos; destacou que temos avanços importantes, como o anúncio feito pelo presidente no meio do ano, com quase R\$ 500 milhões e que, somados aos novos anúncios que serão realizados, chegaremos a R\$ 1 bilhão investidos em ações, programas e projetos que beneficiam as catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Ressaltou que em 2024 o CIISC trabalhou com as ações mais emergenciais e que todos os órgãos que compõem o Comitê têm trabalhado muito para atender às demandas dos catadores. Maria José Castro, catadora de cooperativa no Maranhão, falou que o encontro de mulheres catadoras poderia ser realizado lá no estado; que foi criada a rede do Encontro de Catadores da Amazônia Legal (ECAL) e que vão realizar em maio o Encontro, para o qual gostariam que o CIISC tivesse olhar especial, assim como para a região norte. Márcia Alencar, catadora da Coopcata 3Rs, falou que integrava uma cooperativa de mulheres pretas da periferia do Piauí e que estava emocionada por participar da reunião, pois o CIISC sempre pareceu importante, mas muito longe da realidade dela. Destacou dois pontos: avaliação de que os Planos Integrados de Resíduos Sólidos precisam ser melhorados e o que poderia ser feito para reavaliarem os Planos, com participação ativa e não apenas como “copia e cola” de outros planos e; a questão do ICMS Ecológico e que estaria ocorrendo prêmio para funcionário que está fechando lixão, porém não estão pensando nos catadores de lixão, na sua integração. Renilda Aguiar, catadora autônoma em lixão da Bahia, pergunta ao Secretário-Executivo do CIISC como o Comitê está pensando nos catadores de lixões e de que forma esses catadores acessarão os recursos. Flávio Schuch afirmou que tem interesse na ECAL e que o CIISC irá apoiar o Encontro. Em relação aos



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria-Geral**  
**Secretaria-Executiva**

lixões, assegurou que o CIISC está pensando em como realizar o fechamento, que pretendem fazer um projeto piloto para isso, que para fechar são necessários R\$ 40 milhões para cada, que o governo brasileiro não tem recurso para isso e que a responsabilidade pelo fechamento dos lixões é das prefeituras. Finalizou informando que os anúncios sobre as novas ações e recursos para atendimento às catadoras e catadores seriam realizados em janeiro de 2025, na presença do Presidente Lula, conforme o Ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, havia informado no dia anterior. Jamaci Junior, do Ministério das Cidades, ressaltou a importância do ECAL, que o governo quer apoiar, mas que é importante que as solicitações de patrocínio sejam enviadas com antecedência para que seja possível a organização dentro dos órgãos. Em resumo, foram deliberados os seguintes encaminhamentos: 1) A Secretaria-Geral da Presidência da República deverá providenciar a prorrogação da vigência do Grupo de Análise, Monitoramento e Avaliação do CIISC – GAMA; 2) O CIISC, por meio de sua secretaria-executiva, compromete-se a enviar para os entes da federação a Nota Técnica Conjunta do MPT e DPU, com a orientação de que sejam acatadas as recomendações ali contidas; 3) MPT enviará modelos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para que o CIISC, por meio de sua secretaria-executiva, disponibilize aos membros do Comitê e interessados como forma de apoiar o envolvimento dos municípios como responsáveis solidários pelo cumprimento das normas sobre saúde e segurança das catadoras e catadores; 4) As propostas e contribuições ao planejamento do CIISC para 2025 deverão ser enviadas até o dia 31 de janeiro de 2025. Nada mais tendo a tratar, o Secretário-Executivo do CIISC agradeceu aos presentes e declarou encerrada a 4ª Reunião Extraordinária do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica das Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), que ocorreu em São Paulo, durante a 11ª ExpoCatadores. Eu, Flávio Schuch, Secretário-Executivo do CIISC, lavrei a presente ata que vai assinada por mim. **Flávio Camargo Schuch**, Secretário-Executivo do CIISC, Secretaria-Geral da Presidência da República.

**Flávio Camargo Schuch**  
**Secretário-Executivo do CIISC**  
**Secretaria-Geral**  
**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**